

PROJETO ATUAÇÃO EM REDE: CAPACITAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ACOLHIMENTO, NA INTEGRAÇÃO E NA INTERIORIZAÇÃO DE REFUGIADOS E MIGRANTES NO BRASIL

SIMPÓSIO REFUGIADOS E MIGRANTES EM MATO GROSSO DO SUL: COMO ACOLHER E INTEGRAR? E OFICINAS TEMÁTICAS

RELATÓRIO

Campo Grande, MS
16 a 18 outubro de 2019



Relatório-Síntese

Sistematização, edição e revisão final: Soraia Silva de Mello | Solução Design Participativo

Relatoria e revisão final: Isis Lima Soares e Mariana Manfredi | Entremeios - Articulação e Formação

Diagramação: Mariana Moura | Entremeios - Articulação e Formação

Imagens: Graziane Madureira | Escola Superior do Ministério Público da União

Este relatório é parte da **consultoria metodológica** realizada pela **Entremeios - Articulação e Formação** - Isis Lima Soares, Mariana Manfredi, Mariana Moura e **Solução Design Participativo** - Soraia Silva de Mello, elaborado com apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM).



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 04 |
| SIMPÓSIO | 06 |
| Cenário global e nacional | 08 |
| Política Migratória Nacional: a Nova Lei de Migração | 11 |
| Interiorização e gestão migratória | 14 |
| Direito ao trabalho | 17 |
| Experiências locais na atenção a migrantes e refugiados | 20 |
| ATIVIDADES TEMÁTICAS | 22 |
| ANEXOS | 25 |

APRESENTAÇÃO

Discutir a necessidade de criação de políticas locais para a integração de refugiados e migrantes e capacitar os atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de pessoas em situação de migração em Mato Grosso do Sul. Esse foi o objetivo do evento do projeto *“Atuação em rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, na integração e na interiorização de refugiados e migrantes no Brasil”* que reuniu 398 pessoas no Simpósio “Refugiados e migrantes em Mato Grosso do Sul: como acolher e integrar?”, na Mesa Redonda “Vivências, experiências e necessidades de migrantes em Mato Grosso do Sul” e nas dez atividades temáticas realizadas de 16 a 18 de outubro de 2019, em Campo Grande.

Durante o evento foi enfatizada a importância estratégica do trabalho em rede e do fomento a políticas públicas migratórias locais com maior engajamento dos entes governamentais.

PERFIL DO PÚBLICO

Do total de pessoas inscritas no evento, 80% são do sexo feminino. O público foi formado, majoritariamente, por pessoas vinculadas a universidades, membros do poder executivo local e da sociedade civil, totalizando cerca de 70 órgãos e instituições.

Dentre os inscritos de instituições do poder executivo estiveram representantes de Secretarias Estaduais e Municipais e representantes de equipamentos públicos como CRAS (Centros de Referência em Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados em Assistência Social), Centros POP e Conselho Tutelar. Dentre os inscritos de instituições da sociedade civil, representantes de organizações de atuação em nível local e global, instituições religiosas e Centros de Acolhida. Também estiveram presentes representantes de institutos federais, universidades públicas e particulares, incluindo representantes da Cátedra Sérgio Vieira de Melo, além de representantes da Polícia Federal, de Tribunais de Justiça, Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul (DPE), e membros do Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

As pessoas inscritas advêm de quinze Municípios, sendo oito de Mato Grosso do Sul (Anastácio, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Jardim, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas) e sete de outros Estados: Camacã (Bahia), Cuiabá (Mato Grosso), Rio Branco (Acre), Rio Verde (Goiás), São Luiz (Maranhão), Distrito Federal e São Paulo (São Paulo).

O evento foi coordenado pela Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes. Fazem parte da Rede a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC do MPF), Ministério Público do Trabalho (MPT), Alto

Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), Conectas Direitos Humanos, Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Defensoria Pública da União (DPU), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Missão Paz e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Para a organização da edição em Campo Grande, a Rede contou com o apoio do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Defensoria Pública da União (DPU) em Mato Grosso do Sul; do Centro Universitário Unigran Capital; de instituições públicas e organizações não governamentais envolvidas no processo de atenção ao refugiado ou migrante.

Este documento reúne, de forma sintética, os principais pontos abordados ao longo do Simpósio e da Mesa Redonda, além de uma sistematização da produção dos participantes das oficinas e minicursos.

SIMPÓSIO



Mesa de abertura do Simpósio

O objetivo do Simpósio **“Refugiados e migrantes em Mato Grosso do Sul: como acolher e integrar?”**, realizado em 17 de outubro com um público de 92 pessoas, foi aprofundar a compreensão dos participantes sobre a Política Nacional Migratória e de Refúgio e contribuir para o fortalecimento das redes locais de atenção ao migrante, especialmente de organizações da sociedade civil. Além disso, o simpósio busca dar ao participantes um contexto local da atenção ao migrante e ao refugiado por meio de experiências de instituições atuantes na temática.

PALESTRANTES DO SIMPÓSIO

Mesa de Abertura

- João Akira Omoto - Representante da Rede de Capacitação para Refugiados e Migrantes, diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União.
- Dom Dimas Lara - Arcebispo de Campo Grande.
- Daniele de Sousa Osório - Defensora Regional de Direitos Humanos.
- Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves - Procurador da República e Procurador Regional dos Direitos do Cidadão-MS.
- Marco Antônio Delfino de Almeida - Procurador do MPF-MS.
- Cândice Arosio - Procuradora-chefe do MPT-MS.
- Mariana Zauith - Reitora do Centro Universitário Unigran Capital.

Mesa 1: Contexto e Perspectiva sobre Migração

- Contexto global sobre migração - João Akira Omoto (Rede de Capacitação/ESMPU).
- Retrospectiva histórica sobre migração - Michele Diz Y Gil Corbi (PFDC/GT Migrações - MPF).
- Política Migratória Nacional: Desafios para implementação de uma política - Gustavo Zortea (DPU).
- Política migratória e direito ao trabalho: Andrea Gondim (MPT).

Coordenador: João Akira Omoto (Rede de Capacitação/ESMPU).

Mesa 2: Experiências locais na atenção a Migrantes e Refugiados

- Experiência do Poder Público local - Elisa Cleia Nobre (Secretaria de Estado de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho-MS).
- Fluxos migratórios no Estado - Ana Paula Martins Amaral (UFMS).
- Experiência da Sociedade Civil - Ir. Rosane Costa Rosa (Pastoral do Migrante).
- Experiência da Universidade - João Fábio Sanches Silva (UEMS).

Coordenadora: Cândice Arosio (MPT-MS).

A Mesa Redonda **“Vivências, experiências e necessidades de migrantes em Mato Grosso do Sul”**, realizada em 16 de outubro, promoveu uma reflexão coletiva sobre as realidades vividas pelas populações refugiadas e imigrantes no Estado, com a finalidade de ressignificar e humanizar o olhar, as abordagens e as políticas públicas que dizem respeito a tais populações.

A partir de uma leitura panorâmica das apresentações dos palestrantes e das respostas às questões do público participante, este capítulo reúne os principais tópicos que emergiram ao longo das mesas do Simpósio, de forma transversal. Os blocos temáticos aqui apresentados não seguem, necessariamente, a ordem de fala dos palestrantes e atividades, mas, sim, a sistematização das ideias proeminentes e/ou recorrentes ao longo das atividades.

CENÁRIO GLOBAL E NACIONAL



Simpósio "Refugiados e Migrantes em Mato Grosso do Sul: como acolher e integrar?"

- Vivencia-se um dos maiores fluxos migratórios da história. De acordo com o Relatório de Migrações da OIM¹, em 1990, havia 153 milhões de migrantes no mundo. Em 2015, o número passou para 244 milhões.
- No mundo contemporâneo, a facilidade de acesso à comunicação, às redes (de familiares, de amigos, de comunidades e de acolhida) e a transportes, aliada a crises políticas, econômicas, conflitos e questões ambientais tornaram a opção ou necessidade de migrar uma realidade na vida de milhões de pessoas. A fluidez, a "rotatividade" (BAENINGER,2012) ou a "circularidade" (HUNTER, 2011) são características consistentes das migrações no mundo contemporâneo.

"Isto é, uma migração de retorno ou a chegada em determinado país não representa, necessariamente, o fim do processo migratório. Pode ser apenas uma etapa deste. As pessoas migram e retornam muitas vezes de distintos lugares em permanente processo migratório". Ana Paula Martins Amaral, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)² aponta um nível recorde de deslocamento no mundo. Diariamente 37 mil pessoas são forçadas a deixar suas casas. Mais de 70 milhões de pessoas sofrem deslocamentos forçados no mundo, das quais mais de 25 milhões são refugiados, em diferentes países. No Brasil, dados do Comitê Nacional

"Nesse ritmo, serão levados de 12 a 13 anos para julgar esses pedidos, deixando pessoas aguardando um posicionamento". João Akira Omoto, Rede de Capacitação / Escola Superior do Ministério Público da União.

¹ https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf

² <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>

para os Refugiados (CONARE)³ mostram que, até dezembro de 2018, o país reconheceu 11.231 refugiados de diferentes nacionalidades, sendo que existiam 161.057 pedidos pendentes de análise.

O Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra 2019 (MJSP) mostra que, de 2010 a 2018, 774,2 mil imigrantes entraram no Brasil, sendo 395,1 migrantes de longo termo (tempo de residência superior a um ano). Os haitianos, venezuelanos e colombianos são as três principais nacionalidades que formam o grupo de imigrantes no Brasil de 2018⁴. A entrada de haitianos no Brasil se tornou elemento central das discussões sobre o tema da imigração para o país. Desde 2013, os haitianos formam o principal grupo de estrangeiros no mercado formal brasileiro.

- Com os fluxos migratórios mais recentes, o Brasil vem se convertendo em um país de emigração. De acordo com a Polícia Federal (2018), a população de migrantes residentes no país é de 1.120.842 de pessoas.

“É preciso levar em conta o tamanho do Brasil e a quantidade de migrantes que temos no país. Os números de migrantes ainda são muito pequenos e há possibilidade de receber muitas pessoas”. Marco Antônio Delfino de Almeida, Ministério Público Federal / Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2018), a população emigrante é de 3.083.255 de pessoas.

- O Pacto Global visa uma organização da cooperação internacional para enfrentar o intenso fluxo migratório atual, de forma ordenada, regular e segura. A saída do Brasil deste Pacto, no início de 2019, interfere no trânsito dos nacionais, que ficam mais expostos a riscos, mas não altera diretamente a responsabilidade interna de atenção a migrantes e refugiados e não estanca fluxos migratórios.
- A Organização dos Estados Americanos (OEA)⁵ estima que, até junho de 2019, ao menos 4 milhões de venezuelanos passaram a viver fora de seu país, o que significa aproximadamente 13% da população da Venezuela.
- Um estudo recente do ACNUR mostrou que mais da metade dos refugiados e migrantes venezuelanos na América Latina enfrentaram ou continuam enfrentando situações de risco ou vulnerabilidade por causa de sua idade, sexo, saúde ou outras necessidades. Tiveram que fazer escolhas drásticas para lidar com sua situação, inclusive enviando seus filhos para o trabalho ou mesmo recorrendo ao sexo como forma de sobrevivência.
- Os migrantes e refugiados venezuelanos estão majoritariamente na Colômbia (1,3

³ https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf

⁴ <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1566502830.29>

⁵ Informe del Grupo de Trabajo de la Organización de los Estados Americanos para abordar la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región disponible em <http://www.oas.org/documents/spa/press/OEA-informe-migrantes-venezolanos-espanol.pdf>

milhões), Peru (768.100), Chile (288.200) e Equador (263.000). Em quinto lugar está o Brasil, que recebeu 168.300 migrantes venezuelanos, menos de 13% do que tem recebido a Colômbia. Esses dados apontam a necessidade de compreender os motivos que levam o Brasil a ter dificuldade em enfrentar um fluxo migratório pequeno, comparado ao contexto mundial.

- O fluxo migratório é misto: questões econômicas e políticas determinam esse deslocamento. No Brasil, indígenas solicitam residência temporária ou refúgio. O Brasil tem recebido de 500 a 1000 venezuelanos por dia, mas muitos usam o país como espaço de trânsito, não permanecem no país.
- Em retrospectiva histórica, observa-se que as primeiras leis brasileiras relativas à migração e refúgio traziam um caráter utilitarista e discriminatório. O Decreto de 25 de novembro de 1808, permitia aos estrangeiros o acesso à propriedade da terra, mas visando a substituição da mão de obra escrava. O Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907 discriminava inaptos e reforçava a visão do migrante como mão de obra, sem direitos previstos. O Decreto-Lei nº 406, de 04/05/1938 privilegiava a vinda de “estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais”. Na segunda metade do século 20, durante a ditadura, os migrantes eram vistos com medo e desconfiança, conforme o Decreto-Lei nº 417, de 10/01/1969 e o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80). Esse cenário começa a mudar com a Constituição de 1988. O Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474, de 22/07/1997) amplia o conceito de refugiado e começa a organizar os direitos dos migrantes de maneira mais ampla.

- O grande avanço institucional se dá em 2017, com a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017), que revoga o Estatuto do Estrangeiro.

“Somos um grande povo e é preciso acolher a todos como irmãos”. Dom Dimas Lara, Arcebispo de Campo Grande.

A nova Lei trata o movimento migratório como um direito humano, reconhece as diversas possibilidades de integração do migrante em território nacional e combate a xenofobia e a discriminação.

- Por meio de uma enquete online realizada com o público do Simpósio por meio do software Mentimeter, levantou-se a percepção dos respondentes sobre os princípios expressos na nova Lei de Migração:

“O trabalho agora exige ganhar sinergia, entre diversos atores, para fortalecer de fato as ações locais”. João Akira Omoto, Rede de Capacitação / Escola Superior do Ministério Público da União.

57% afirmam que refugiados e migrantes possuem os mesmos direitos que os cidadãos brasileiros e 93% que refugiados e migrantes têm direito à documentação que permite o ingresso no mercado de trabalho.

POLÍTICA MIGRATÓRIA NACIONAL: A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO



Simpósio “Refugiados e Migrantes em Mato Grosso do Sul: como acolher e integrar?”

De acordo com a nova Lei de Migração nº 13.445, que vigora no Brasil desde 2017, o migrante é sujeito de direitos, possuindo os mesmos direitos assegurados aos brasileiros. A lei lançou diretrizes para a formulação de políticas públicas e seu acesso, para a desburocratização de procedimentos de regularização migratória e para a instituição de repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a outras formas de discriminação. Visa a promover uma migração ordenada, regular e segura. As políticas públicas para refugiados e migrantes, nesse sentido, devem cumprir o papel de acolher, proteger, promover e integrar.

Atores estatais responsáveis pela política migratória no Brasil:

- Conselho Nacional de Imigração (CNIg): responsável pelas autorizações de residência que se relacionam a trabalho.
- Ministério da Justiça (MJ): responsável pela decisão, controle, normatização e autorizações de residências que não se relacionam a trabalho; reconhecimento de apatridia.
- Polícia Federal (PF): responsável pelas autorizações de residência por delegação do Ministério da Justiça, quando apresentada determinada documentação.
- Presidente da República: responsável pela concessão de asilo político.
- Ministério das Relações Exteriores: responsável por vistos.
- Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE): responsável pela análise e reconhecimento de pedidos de refúgio.

- Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE): responsável por articular ações entre os governos nas três esferas para a assistência emergencial a fluxos migratórios derivados de crise humanitária.
- Comitês estaduais e municipais.

Principais desafios

- A Lei de Migração, inovadora e progressista, ainda não é refletida no cotidiano das políticas públicas do país.

“Estamos passando por diversas tentativas de reduzir os avanços conquistados em lei e a única maneira de defendê-la é seguir pautando sua execução”. Gustavo Zortea, Defensoria Pública da União.

- A Política Nacional Migratória e de Refúgio está prevista no artigo 120 da Lei nº 13.445/2017: “A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento”.

“Temos uma lei avançada, que é apresentada em fóruns internacionais como ideal, mas que ainda é distante da prática de acolhimento e integração de migrantes e refugiados. Isso se dá por uma institucionalidade xenófoba, uma sociedade que não acolhe, que consegue aprovar leis, mas falha em executá-las”. João Akira Omoto, Rede de Capacitação / Escola Superior do Ministério Público da União.

“É necessário que a gente trabalhe para que as políticas sigam avançando e possam ser implementadas de maneira mais efetiva no país”. Michele Diz Y Gil Corbi, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Grupo de Trabalho Migrações - Ministério Público Federal.

Atualmente, a Política ainda não foi regulamentada e implementada. Ocorre uma fragmentação horizontal (elaborada por distintos órgãos em diferentes áreas de competência) e uma fragmentação vertical (desconexão das políticas federais com políticas estaduais e municipais). Medida de expulsão com prazo determinado.

- Existe déficit de participação da sociedade civil e dos migrantes na política. Apenas o CONARE dispõe de membro representante da sociedade civil com voz e voto, mas há ausência de representantes dos migrantes, que são os destinatários da política migratória nacional. Houve uma tentativa frustrada de inclusão de representantes dos imigrantes ou, ao menos, da sociedade civil no CNIG.
- Os venezuelanos precisam de autonomia e conhecimento de seus direitos para decidir pela autorização de residência ou refúgio, tendo ciência das vantagens e desvantagens de cada item.

- Os haitianos demandam autorização de residência, pois têm dificuldades na obtenção do refúgio. Existem questionamentos sobre a possibilidade de exigir documentos específicos, considerando o Art. 20 da nova Lei de Migração: “A identificação civil de solicitante de refúgio, de asilo, de reconhecimento de apatridia e de acolhimento humanitário poderá ser realizada com a apresentação dos documentos de que o imigrante dispuser”. A Defensoria Pública da União recomenda a obtenção de vistos em outros postos consulares e flexibilização documental.

“O refúgio é um instrumento de acesso universal, que pode ser requerido sem qualquer documento, por isso, é fundamental que as pessoas saibam seus direitos e possam saber o que é mais adequado para suas situações. É preciso pensar em medidas judiciais e administrativas para normatizar a ação da Polícia Federal, que não pode barrar o pedido. Quem tem competência para decidir isso é o CONARE, em Brasília. É trabalho da rede incidir em casos de violação de acesso ao refúgio”. Gustavo Zortea, Defensoria Pública da União.

INTERIORIZAÇÃO E GESTÃO MIGRATÓRIA



Simposio "Refugiados e Migrantes em Mato Grosso do Sul: como acolher e integrar?"

- Desde 2018, quando teve início a política de interiorização de migrantes venezuelanos, até agosto de 2019, o Governo Federal interiorizou quase 15 mil pessoas, de acordo com dados da Operação Acolhida⁶.
- O Estado de Mato Grosso do Sul recebeu 1314 venezuelanos, até agosto de 2019,⁷ cerca de 9% do total no Brasil, grande parte com postos de trabalho estabelecidos. Dourados é a segunda cidade no Brasil que mais recebeu migrantes venezuelanos.
- Existem diversas políticas de interiorização que vêm sendo realizadas, mas grande parte do trabalho ainda está nas mãos da sociedade civil.

"Em muitos casos, os processos de interiorização são feitos de maneira espontânea, por reunião familiar ou conhecidos, mas esses dados dizem os grupos que chegaram e não tinham para onde ir". João Akira Omoto, Rede de Capacitação / Escola Superior do Ministério Público da União.

"O fluxo de migração é contínuo e devemos estar sempre preparados para esse processo". Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão / Mato Grosso do Sul.

"Acompanhei o processo de chegada de migrantes em Corumbá. Ficou claro como a sociedade civil carregava nas costas o acolhimento dos haitianos, como uma moradora que recebeu diversos migrantes em sua própria casa". Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão / Mato Grosso do Sul.

⁶ <https://r4v.info/es/documents/download/71473>

⁷ <https://r4v.info/es/documents/download/71473>

- O Estado desenvolveu ações para o atendimento emergencial aos migrantes em questões básicas, como idioma, documentação e atendimento médico. Atualmente essa agenda ainda não é realizada integralmente pelo Estado. A sociedade civil realiza muitas ações de acolhimento e abrigamento.
- As ações do Estado são realizadas com recursos próprios, sem apoio do Governo Federal. O atendimento pelo Estado, às vezes visto como precário e desarticulado, é o possível no contexto atual. Na assistência social não houve complementação de recursos para o atendimento aos migrantes. Existem Municípios que estão com 12 meses de repasse atrasado. As dificuldades enfrentadas estão vinculadas ao financiamento. Além de apoio financeiro, o Estado precisa de orientação oficial, por parte do Governo Federal, sobre o fluxo para o recebimento e acolhimento de migrantes.

“[...] O Estado tem recebido muitos migrantes e ainda não há uma política organizada de acolhida. Um dos pontos fundamentais é pensar em políticas de prevenção e não reparação de problemas”. Cândia Arosio, Ministério Público do Trabalho / Mato Grosso do Sul.

“O Estado de Mato Grosso do Sul enfrentou problemas na interiorização de venezuelanos. Nunca foi comunicado como seria o fluxo da interiorização, nunca teve um termo de parceria ou mesmo foi avisado da chegada dos venezuelanos. No âmbito informal o Estado sabe do processo, mas não houve comunicação oficial. O último grupo de venezuelanos, de 80 pessoas, chegou com o aviso de 3 dias e não havia espaço para alocá-los”. Elisa Cleia Nobre, Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho.

“A política migratória está se consolidando, mas ainda há muito para melhorar. Um dos motivos é a falta de apoio da União para que os Estados possam apoiar as ações nesse campo[...]. Muitas vezes o Estado é visto como omissor, mas nem o Estado, nem o Município tem recursos[...]. O processo de migração existirá tendo estrutura do Estado ou não. Atualmente, o processo tem ocorrido em parceria com a sociedade civil organizada. Várias instituições estão fazendo o papel de acolhimento. É importante um fluxo estabelecido, para que isso se transforme em uma política estruturada [...] não é justo deixar toda essa responsabilidade para a sociedade civil. Se isso não for feito, a hora que a sociedade civil esgotar sua capacidade de ação, as pessoas ficarão sem atendimento”. Elisa Cleia Nobre, Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho.

Principais Desafios

- No Estado se faz necessário fomentar uma rede de articulação para acolhimento, reunindo agentes governamentais, não-governamentais e os próprios migrantes. Também é preciso que as cidades se articulem para receber os migrantes, estabelecendo parcerias com o Governo Federal e Estadual.

- Deve-se esclarecer a função de cada ente governamental na assistência social. A assistência direta, que tem como função oferecer serviços para pessoas em situação de vulnerabilidade, é de responsabilidade do Município. O Estado é responsável pela formação e organização dos fluxos no âmbito Estadual. As normativas e recursos são federais. As pessoas migrantes em situação de rua podem ser atendidas por alguns equipamentos públicos, como o CRAS e há um equipamento específico para receber os migrantes.
- É preciso combater a disseminação de ideias preconceituosas como a de que os migrantes trazem doenças, que tiram a responsabilização do governo local para ações de saúde básica. O acesso à saúde e educação é direito de todos, independentemente da nacionalidade e condição migratória, inclusive para pessoas sem documentação.

“O Estado do Amazonas, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União fizeram uma recomendação para que todas as escolas aceitassem matrículas, mesmo na falta de documentação dos alunos. Por desinformação, muitas vezes os profissionais não sabem que podem fazer atendimentos de pessoas sem documentos”. Michele Diz Y Gil Corbi, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Grupo de Trabalho Migrações / Ministério Público Federal.

“O artigo 5º da Constituição fala da necessidade de solidariedade e igualdade entre todos. Portanto, não deve existir diferença da visão do migrante nos serviços públicos, como morador de rua ou qualquer outra situação. O migrante se coloca em uma posição de vulnerabilidade porque vive condições de vida muito ruins em seus países de origem e merece ser recebido com cuidado e respeito. Discussões como essa precisam superar a ideia de direitos diferentes”. João Akira Omoto, Rede de Capacitação / Escola Superior do Ministério Público da União.

DIREITO AO TRABALHO



Simpósio “Refugiados e Migrantes em Mato Grosso do Sul: como acolher e integrar?”

- O perfil das pessoas refugiadas reconhecidas em 2018 (777)⁸ compreende 38,58% na faixa de 18 a 29 anos e 41,99% na faixa de 30 a 59 anos. Total 80,57% na faixa de 18 a 59 anos.
- O migrante é tratado com discriminação em todas as esferas, desde o não acesso a direitos, a trabalho, até passando por constrangimentos sociais. Ele é tomado por uma sobreposição de pressões que o torna vulnerável aos piores lugares de trabalho.

“Essas pessoas vêm para trabalhar”. Gustavo Zortea, Defensoria Pública da União.

“O migrante é a ponta mais frágil do processo [...] é a pessoa mais propícia a passar por processos de exploração, em trabalho noturnos, com jornadas grandes e em condições degradantes de trabalho. [...] Os órgãos públicos precisam treinar seu olhar para esse público, porque eles chegaram para reconstruir suas vidas, mas podem passar por mais violações”. Andrea Gondim, Ministério Público do Trabalho.

“O MPT tem um papel importante na área de migração, porque muitos migrantes vêm em busca de novas oportunidades de trabalho e pela vulnerabilidade são alvo fácil de serem vítimas de trabalho degradante”. Cândice Arosio, Ministério Público do Trabalho / Mato Grosso do Sul.

⁸ https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%CC%81meros_versa%CC%83o-23-de-julho-002.pdf

- Dados indicam que estrangeiros cometem menos crimes que brasileiros. A penalidade para eles inviabiliza sonhos e qualquer possibilidade de ficar no Brasil. Muitas vezes, trabalhadores migrantes têm melhores posturas no ambiente de trabalho, porque sabem da dificuldade de conseguir um novo trabalho.

“É importante lembrar que muitos brasileiros que migram são vistos com esse olhar preconceituoso também, o que no geral nos ofende. Essa lembrança nos ajuda a sermos mais empáticos”. Ana Paula Martins Amaral, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

- O trabalho é a narrativa de vida no contexto atual e isso vale, também, para os trabalhadores migrantes.

“Ricardo Antunes, que fala sobre o privilégio da servidão, aponta que, em nossa sociedade, a tecnologia da informação, o trabalho remoto e as plataformas digitais estão gerando um mundo em que, daqui a alguns anos, será um privilégio ser considerado empregado”. Andrea Gondim, Ministério Público do Trabalho.

- Um dos principais desafios é a tendência de retirada do Estado da política para empregabilidade e a mudança da perspectiva de seguridade social para segurança pública.

“Nós justificamos a existência do Estado para a garantia da justiça social a todos e, no entanto, enfraquecemos essa luta quando começamos a perceber o Estado por uma ótica policalesca, de segurança pública e não de seguridade social. [...] Segundo essa lógica, o Estado não tem perna para resolver todos os problemas, então ele passa a planejar a construção de muros ao invés de pontes para assim proteger quem tem privilégios do migrante, o excluído que não tem acesso a direito algum”. Andrea Gondim, Ministério Público do Trabalho.

- No Brasil, os trabalhadores migrantes sofrem com a precarização nas relações de trabalho devido à tendência de “uberização”. As pessoas migrantes ocupam os piores lugares e aceitam as piores condições devido à sua condição vulnerável.

“Os motoristas de Uber, por exemplo, se consideram autônomos, numa perspectiva de pseudo-empresendedorismo. No geral, empreendedorismo deveria estar vinculado a ideias inovadoras e não a um trabalhador que usa seu instrumento de trabalho (o carro) para ser monitorado em tempo real pelo desenvolvedor do aplicativo que se salva da lei trabalhista”. Andrea Gondim, Ministério Público do Trabalho.

- A reforma trabalhista promove o enfraquecimento dos sindicatos, que representam a possibilidade de reclamação do trabalhador frente a grandes empresas. A reforma previdenciária deve reduzir os direitos dos trabalhadores, assim como o projeto do Governo Federal “carteira verde amarela”, apesar de pesquisas de órgãos internacionais mostrarem que não há aumento de trabalho com a precarização. A fiscalização trabalhista está passando por um processo de precarização. Há poucos auditores fiscais focados no trabalho migrante.

- Políticas afirmativas de fomento à empregabilidade aos migrantes são necessárias para os Estados e Municípios e obrigatórias para a União. Os Estados e Municípios podem investir em formação profissional e na educação em perspectivas complementares, com foco no enriquecimento cultural propiciado pelos migrantes.

“É preciso fortalecer o sistema público de emprego. É preciso engajar os atores da rede para pensar na excelência do trabalho que podem desenvolver”. Andrea Gondim, Ministério Público do Trabalho.

EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA ATENÇÃO A MIGRANTES E REFUGIADOS

- A população estimada em Mato Grosso do Sul, em 2017, é de 2.713.147 habitantes. É o 7º Estado menos populoso do Brasil. Sua população é oriunda dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e dos Estados do Nordeste. Imigrantes japoneses, libaneses, paraguaios, bolivianos, portugueses foram fundamentais a sua formação. É o segundo Estado do Brasil com maior população indígena, de várias etnias.
- As migrações contemporâneas em Mato Grosso do Sul são formadas por paraguaios, bolivianos, haitianos e venezuelanos. Os paraguaios fazem parte da identidade do povo sul mato grossense - é uma “fronteira viva”. Em busca de melhores condições de vida, muitas vezes são vítimas de discriminação. Em Corumbá há grande presença de bolivianos, mas é uma migração, no geral, de passagem. Cerca de 4000 haitianos vivem no Estado. Segundo a Pastoral do Migrante estima-se que em Campo Grande residam entre 300 e 1.000 haitianos. Os venezuelanos presentes em Campo Grande fazem parte de migração voluntária / espontânea. Em Dourados a migração é organizada pela Operação Acolhida e por iniciativas de empresas e da sociedade civil, Cáritas e instituições religiosas.
- As migrações haitiana e mais recentemente venezuelana têm sido marcadas por uma grande mobilidade interna. Por esse motivo, qualquer informação de caráter quantitativo deve ser tomada com ressalvas, evitando grandes distorções com a realidade. Grande parte das ações de acolhimento dos haitianos e venezuelanos foi implementada pela sociedade civil e Igrejas, algumas com apoio de instituições públicas, mas o papel do voluntariado foi e continua sendo central.
- Em setembro de 2016, foi criado o **Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul – (CERMA/MS) e o Centro de Atendimento de Direitos Humanos (CADH)**. Esse centro surge a partir das demandas dos migrantes haitianos que estavam no Estado para ser um interlocutor entre os migrantes, as instituições que já realizam o acolhimento e o Estado.
- Recentemente foi lançado um sistema de informação que consolida os dados dos migrantes atendidos no CADH e torna possível conhecer melhor seu público.
- Apesar de esforços empreendidos pelo Estado, não há uma política pública consolidada para migrantes. Na percepção do público, conforme enquete online realizada no Simpósio, via software Mentimeter, as políticas públicas para refugiados e migrantes em Mato Grosso do Sul são consideradas insuficientes por 62,5% dos respondentes.
- A Congregação Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas tem 38 anos de atuação com os

“Fizemos, realizamos muitas coisas, mas temos consciência que precisamos avançar, realizar ainda mais... Juntos somos fortes”. Ir. Rosane Costa Rosa, Pastoral do Migrante.

migrantes, refugiados no Estado de Mato Grosso do Sul. A **Pastoral do Migrante** realiza uma intensa articulação em rede, que permite expandir sua atuação via parcerias

locais. Realiza diferentes ações com voluntários voltadas ao acolhimento (CEDAMI, CETREMI, Rodoviária, Casa São Francisco, POP, ASHABRA), geração de renda e trabalho. (Mari, dá uma conferida se meu resumo está condizente). Em conjunto, os parceiros estão construindo uma política migratória no Estado de Mato Grosso do Sul.

“A Igreja promove políticas de acolhimento e apoia as ações dos órgãos governamentais que, muitas vezes, não têm recursos para isso”. Daniele de Sousa Osório, Defensoria Regional de Direitos Humanos.

- A **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul** desenvolve o programa UEMS Acolhe, que realiza apoio jurídico a migrantes, oferece aulas de português, formação profissional, integração social e acesso à universidade. Seu Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE-UEMS) promove o Português como Língua de Acolhimento (PLAc) - e fortalece a pesquisa científica na área. Um dos projetos é formar os migrantes para dar aulas de suas línguas locais. Realizam oficinas de acolhimento

“A noção de Língua de Acolhimento demonstra o caráter de urgência e afetividade como elementos que favorecem a inserção da pessoa que busca aprender essa nova língua em novos contextos sociais. Urgência tem a ver com o que a pessoa faz com a língua, assim que ele sai da aula. A aula tem um fim em si mesma e qualquer pessoa pode entrar em qualquer aula. Um dos desafios é a resistência dos alunos para a aula. Muitas vezes os alunos não querem estar lá, preferiam estar nos seus países de origem. E só se alcança isso com afetividade”. João Fábio Sanches Silva, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

para formação de pessoas no atendimento aos migrantes. Os projetos são realizados com diversas parcerias. Pretendem expandir as atividades em 2020. Outras universidades também realizam ações junto aos migrantes. Na Universidade de Dourados há curso de português e na Universidade Católica está sendo desenvolvido um aplicativo que ajudará os migrantes no acesso a informações.

“[...] a missão da universidade é ser um espaço democrático que acolha esse tipo de atividade”. Mariana Zauith, Centro Universitário Unigran Capital.

ATIVIDADES TEMÁTICAS

Dez atividades temáticas reuniram 261 participantes em torno do adensamento conceitual e prático sobre os temas relacionados ao acolhimento, integração e interiorização de refugiados e migrantes no Brasil, junto a diferentes públicos e contextos.

Uma atividade específica para a área de comunicação foi realizada: a oficina Imprensa no Combate à Xenofobia contra Refugiados e Migrantes (3 participantes), dirigida a profissionais de comunicação envolvidos na temática. Também foi realizada uma oficina preparatória com a rede local (36 participantes). Um minicurso foi ministrado sobre Como contratar migrantes em situação de vulnerabilidade na sua empresa (23 participantes).

Sete oficinas para construção coletiva de proposta de ações foram realizadas sobre os temas: Nova Lei de Migração, Lei do Refúgio, direitos e acesso à justiça (44 participantes); Articulação em rede (29 participantes); Crianças migrantes (24 participantes); Migração e integração local (30 participantes); Direitos laborais, migração e prevenção ao trabalho escravo e tráfico de pessoas (32 participantes); Gênero, direitos humanos, migração e rede de proteção - onde eu me insiro? (17 participantes) e Migração e saúde mental (23 participantes).

Este capítulo reúne a sistematização da produção coletiva dos participantes nas sete oficinas para construção coletiva de proposta de ações, organizando os principais assuntos recorrentes nessas atividades.

Potencialidades

- Existência do CERMA e CEADH e demais comitês específicos.
- Atuação de instituições governamentais, conselhos de direitos e de diversas entidades da sociedade civil (especialmente de instituições religiosas), associação de migrantes e universidades que atuam na temática.
- Oferta gratuita de ensino de língua portuguesa.
- Pesquisas e projetos de extensão das universidades.
- Normativas existentes.

Desafios

- Falta de políticas públicas consolidadas e de financiamento dessas políticas.
- Baixa articulação, integração e comunicação (trabalho em rede) entre as entidades, especialmente entre órgãos públicos e as entidades da sociedade civil.

- Ausência de um fluxo e protocolos de atendimento.
- Dificuldade de acesso à informação sobre a rede de atendimento ao migrante.
- Falta de informação sobre os direitos dos migrantes.
- Dificuldade de os migrantes acessarem direitos e serviços públicos. Falta orientação para o migrante.
- Barreira linguística.
- Dificuldade de obtenção de dados sobre migrantes nos sistemas de atendimento dos serviços públicos. Ausência de dados completos a respeito de refugiados.
- Falta de capacitação dos agentes da rede de atendimento.
- Burocracia para documentação dos migrantes e refugiados e revalidação de diplomas.
- Discriminação e xenofobia. Vulnerabilidades relacionadas a idade e gênero.
- Divulgação do fenômeno da migração de forma negativa.
- Dificuldades de locação de imóveis pelos migrantes.

Encaminhamentos possíveis

- Realizar o mapeamento de funções e papéis dos atores da rede.
- Estruturar fluxos e protocolos de atendimento. Realizar o alinhamento de práticas.
- Fomentar o trabalho em rede entre as entidades, especialmente entre órgãos públicos e as entidades da sociedade civil. Estabelecer procedimentos para a constante comunicação e troca de experiências entre os órgãos.
- Criar um banco de dados quantitativo e qualitativo sobre migrantes no Estado de Mato Grosso do Sul (mapeamento e organização de dados).
- Promover a formação continuada dos atores da rede (agentes públicos e privados).
- Criar uma central de atendimento Estadual ao migrante.
- Destinar um abrigo específico para refugiados e migrantes.
- Elaborar um guia para migrantes com informações locais e de acesso a direitos. Auxiliar e acompanhar os migrantes de modo que eles entendam seus direitos.
- Incentivar a participação e controle social nas políticas e ações locais sobre a temática migratória.

- Promover e ampliar ações de sensibilização para a criação de uma cultura de acolhimento e integração dos migrantes, incluindo a compreensão das especificidades da criança migrante e das questões de gênero.

ANEXOS

Relato das atividades de formação



Atividade: Nova Lei de Migração, Lei do Refúgio, Direitos e Acesso à Justiça

Modalidade: Minicurso

Data: 17/10/2019 | 14h às 17h30

Responsável(is): Gustavo Zortea (DPU), Michele Diz Y Gil Corbi (MPF).

Apoio local: Daniele Osório (DPU)

Ementa:

A atividade destina-se à capacitação de agentes públicos e atores da sociedade civil a respeito da Lei de Migração, da Lei de Refúgio, dos direitos do imigrante e do acesso à justiça. A partir de um diagnóstico rápido sobre o conhecimento, expectativas e engajamento dos participantes em relação à temática, faz-se uma exposição conceitual para realizar o alinhamento sobre os seguintes pontos: i) aspectos introdutórios; ii) observações sobre a Nova Lei de Migração; iii) observações sobre a Lei do Refúgio; iv) a atuação da DPU para prover o acesso à justiça pelos imigrantes; v) temas por construir. Por fim, viabiliza-se a discussão, em grupos, dos temas abordados.

Materiais de apoio

<https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/dpu-nova-lei-de-migracao.pdf>

<https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/oficina-lei-de-migracao-e-direitos.pdf>

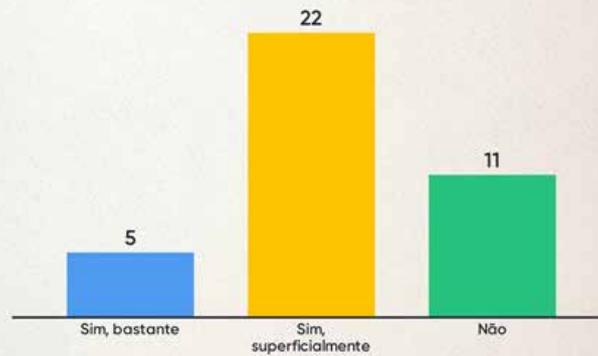
SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COLETIVA DOS PARTICIPANTES

Percepção dos Participantes

Respostas dos participantes às questões feitas por meio do aplicativo *Mentimeter*.

1) Você conhece o conteúdo da nova Lei de Migração?

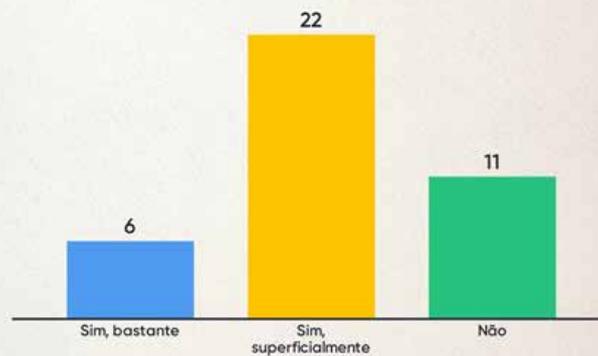
Mentimeter



38

3) Você conhece a atuação do sistema de justiça na temática migratória?

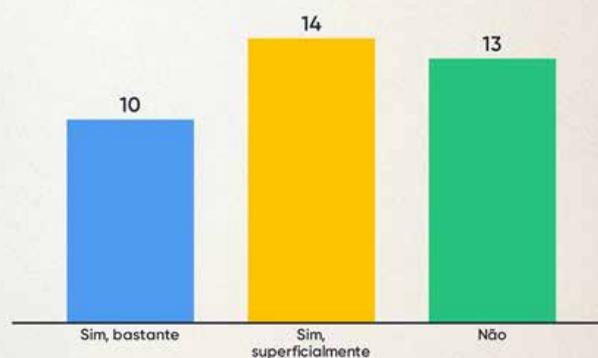
Mentimeter



39

4) Você conhece a atuação da rede na temática migratória?

Mentimeter



37

Diagnóstico da realidade local

Potencialidades

- CERMA.
- CEADH.
- Liga Acadêmica de Direito Internacional dos Refugiados.
- Língua de Acolhimento - UEMS, Guanandi, Bairro próximo ao Pioneiros.
- Entidades não governamentais.
- CETRAP.
- Acesso às defensorias públicas: principalmente com encaminhamento; foi possibilitado através do CERMA e CETRAP.
- Presença da DPU em Campo Grande e Dourados, desafogando a DPE/MS.
- Proximidade da DPU/CG com a DPE/CG.
- Parceria com Embaixada do Haiti: solicitação de passaporte; certidão consular.
- Pastora.
- Acesso aos órgãos de defesa de direitos: conselho tutelar; Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil e Polícia Federal.
- Fortalecer CERMA/CAORC.
- Rede de Atendimento CADP, CADH atuando.
- Universidades atuando com programas e projetos.
- ONGs atendendo migrantes.
- Entidades que são específicas para o atendimento desse público.

Desafios

- Ausência de dados completos a respeito de refugiados.
- Parceria com empresas de transporte público em casos de refúgio com documentação.
- Articulação entre instituições públicas e civis, sendo que estas atuam predominantemente na causa.
- Não existe DPU em cidades do interior.
- Por não ter em cidade do interior, acaba que os processo vão para a PF ou para a DPU/CG.
- Capacitação e interiorização dos recursos para melhorar a rede de acolhimento.
- Orientação para o migrante.
- Comunicação entre os órgãos.

- Banco de dados regional (SIGO) para mapeamento do fluxo migratório.
- Governo do Estado mobilizar secretarias para facilitar o acesso dos migrantes à serviços públicos.
- Existir em cidades de fronteiras uma mobilização das redes com os países vizinhos.
- Contratação de migrantes pelo governo do Estado.
- Criação de protocolo da saúde aos migrantes incluindo intérpretes.
- Criação de protocolo de atendimento na educação.
- Integrar os atores envolvidos, para que haja comunicação clara e ágil.
- Encontrar fontes de financiamento das atividades- aumentar dotação orçamentária.
- Capacitar profissionais para atuar na intermediação e gerencia junto aos órgãos públicos, principalmente intérpretes e tradutores.
- Documentações extraviadas ou erradas.
- Ausência de intérprete na interlocução com o migrante.

Encaminhamentos possíveis

| O que podemos fazer juntos? | Como? | Quem? |
|---|--|---|
| Centralização de informações sobre documentação. | Criação de um canal online que direcione para os órgãos competentes. | Universidades. |
| Criação de uma central de atendimento Estadual ao migrante. | Parceria entre os órgãos estaduais e federais que atuam na área. | Governo Estadual e Governo Federal. |
| Abrigo específico para refugiados e migrantes. | Através de parceria público privada no âmbito municipal. | Todos os públicos federais, estaduais e municipais, bem como as instituições civis com apoio da comunidade local. |

| | | |
|--|--|--|
| <p>Criar um informativo (uma cartilha universal para todos os órgãos):</p> <ul style="list-style-type: none"> - banco de dados - grupo de trabalho com reunião bimestral - cartaz em língua diferente, tais como inglês, francês e espanhol - alinhamento de ideias entre os órgãos - datas fixas para reunião entre os órgãos. | <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos funcionários para acolhida desse migrante (calendário de reuniões). - Os chefes das instituições terem atendimento e alinharem o entendimento sobre ações para acolhida e encaminhamentos. - Esclarecer o papel de cada órgão. | <ul style="list-style-type: none"> - CEADH - e-mail: centrodhms@gmail.com - DPU - e-mail: drdhms@dpu.def.br - Pastoral da Mobilidade Humana - e-mail: pmhcorumba@hotmail.com; marlreiro@hotmail.com (Padre Marco); ams_angelica@hotmail.com |
| <p>Mobilização da sociedade civil e governamental para impulsionar o Governo Federal a estabelecer fluxos e contraprestação para o atendimento aos migrantes.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões. - Grupos de trabalho. - Audiências Públicas. | <ul style="list-style-type: none"> - MPU, MPE, DPE, DPU, PF. - Poder executivo .federal, Estadual e municipal. - Poder legislativo. - Poder judiciário. |
| <p>Reuniões. Conferências. Capacitação. Protocolo de atendimento de todos da rede.</p> | <p>Facilitando acesso às informações.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Organização da sociedade civil, órgãos públicos e privados. - Universidades. - CERM. |



Atividade: Migração e Saúde Mental

Modalidade: Oficina

Data: 17/10/2019 | 14h às 17h30

Responsável(is): Luciane Pinho de Almeida (UCDB), Flaviany Aparecida Piccoli (UEMS)

Ementa:

Compreensão das noções básicas sobre migrações e refúgio na contemporaneidade. Discussão sobre política de saúde e acesso de migrantes e refugiados. Principais questões que envolvem o acesso à saúde de migrantes e refugiados. Compreensão das relações entre psiquismo e cultura. Processos migratórios que se constituem como fator de risco para a saúde mental. O papel da assistência e atenção psicológica nos processos de acolhimento, interiorização e integração. Compartilhamento de experiências na construção e implementação de estratégias/espços de acolhimento e atenção psicossociais à migrantes e refugiados.

Materiais de apoio

<https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/oficina-de-saude-mental-mpu-2019-flaviany.pdf>

<https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/oficina-de-saude-mental-mpu-2019-krisley.pdf>

<https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/oficina-de-saude-mental-mpu-2019-luciane.pdf>

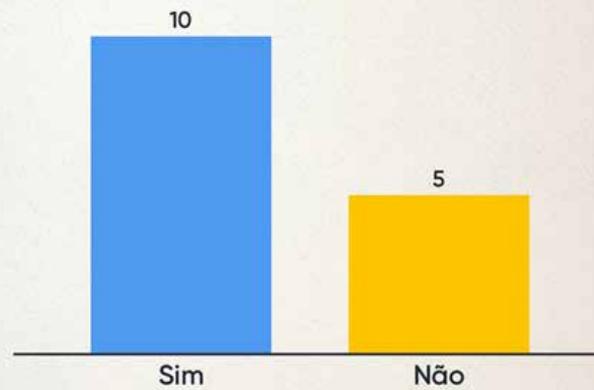
SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COLETIVA DOS PARTICIPANTES

Percepção dos Participantes

Respostas dos participantes às questões feitas por meio do aplicativo *Mentimeter*.

Você atua com a temática da migração/refúgio?

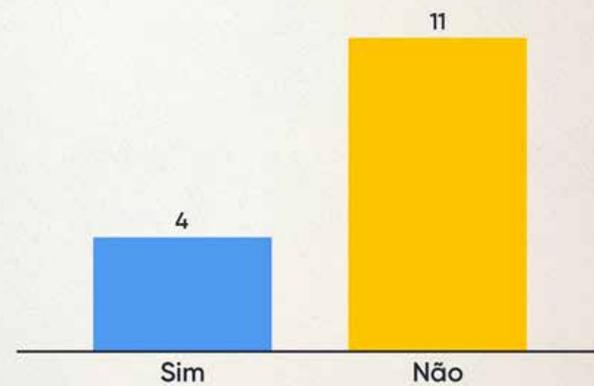
Mentimeter



15

Você atua na temática da saúde?

Mentimeter



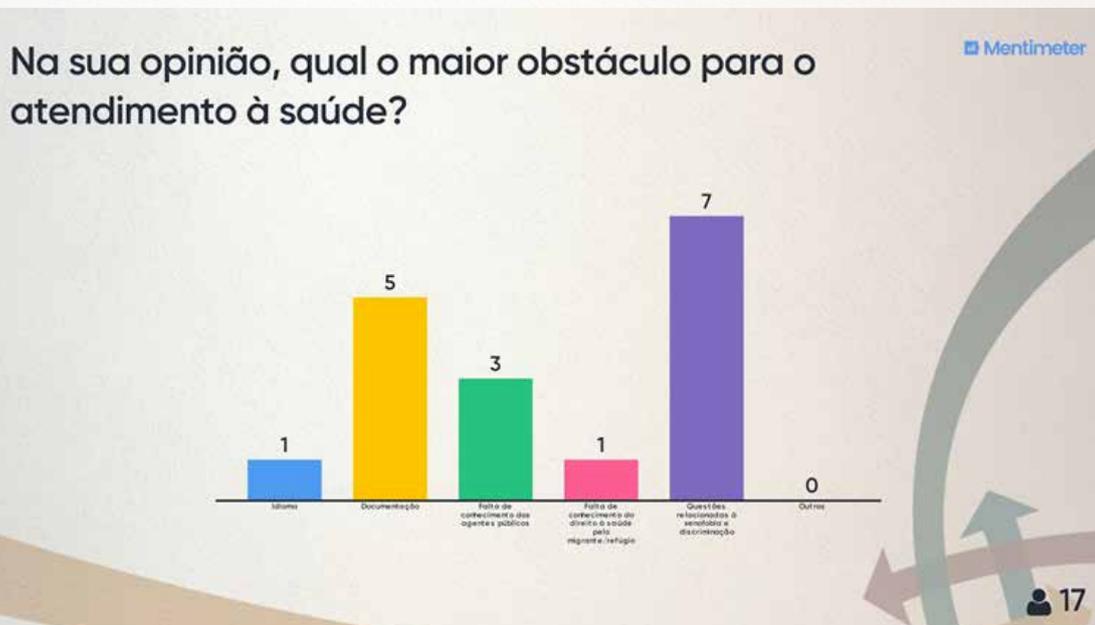
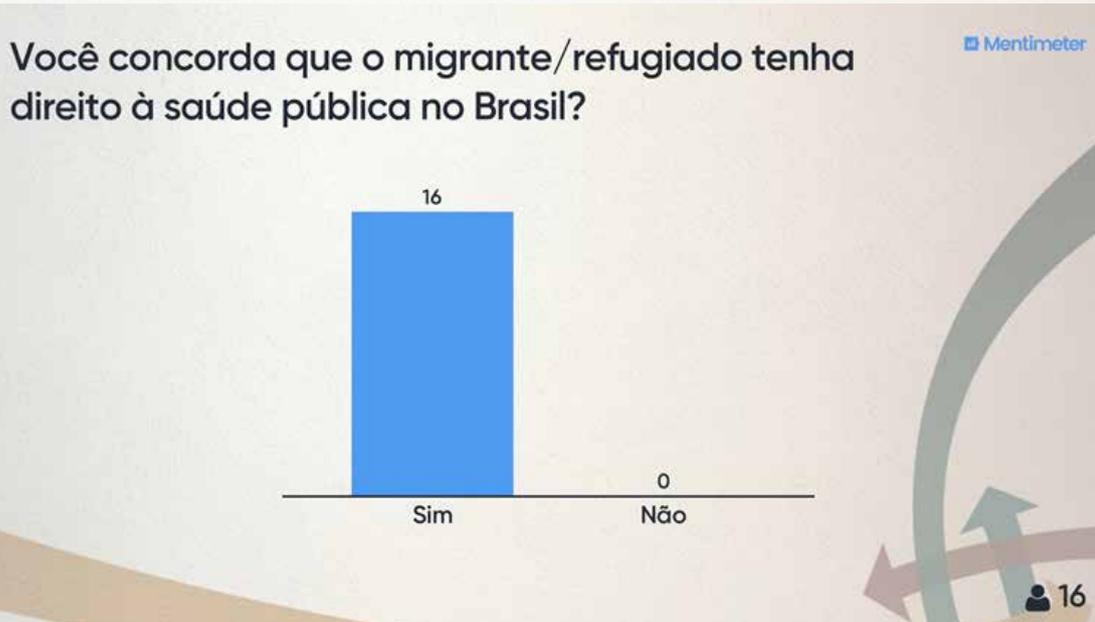
15

Você pertence a qual tipo de Instituição?

Mentimeter



16



Diagnóstico da realidade local

Potencialidades

- Localização geográfica do Estado (fronteira com dois países).
- Acesso a comunicação (idioma). Pontos de referência.
- As universidades locais e os trabalhos que tem se desenvolvido.
- Multiplicidade de profissionais e serviços.
- Parceria com a universidade.
- CERMA.
- Localização geográfica.
- Acesso a comunicação pela proximidade com outros países.

- Multiplicidade de profissionais e serviços envolvidos.
- Trabalhar com projetos de extensão/pesquisa em instituições de ensino.
- Ofertas de cursos de qualificação.
- Respaldo legal para ações.
- Pastoral.
- Estudos já realizados e pesquisas.

Desafios

- Conscientização das pessoas.
- Recursos.
- Organização na instituição que poderia oferecer algum trabalho.
- Muitas demandas sociais para serem atendidas.
- A não-exclusão dos migrantes ao que já é ofertado como política pública.
- Negligências jurídicas.
- Pactuar a rede local.
- Centro de Atendimento em Direitos Humanos.
- Potencializar o que está sendo feito (projetos e programas da sociedade civil).
- Dar espaço de fala para os migrantes.
- Conscientização da população.
- Recursos financeiros.
- Organização da estrutura.
- Exclusão.
- Negligência jurídica.
- Potencializar ações da sociedade civil.
- Contratação de intérprete para tradução de documentação.
- Formas as redes.
- Contratação de ACS.

Encaminhamentos possíveis

| O que podemos fazer juntos? | Como? | Quem? |
|---|---|--|
| Construir conjuntamente com o grupo da oficina um guia com a discussão dos diversos serviços de saúde e seus acessos aos migrantes para colaborar com informações e orientações às instituições de atendimento. | | |
| Troca de experiências. | Discussão sobre a temática. | |
| Dar visibilidade ao migrante. | Oportunidade de ações. | AS. Saúde. Poder público jurídico. Sociedade civil. União. |
| Grupos de apoio. | Encontros de migrantes. Curso de idiomas para brasileiros. | |
| Rodas de conversa. | | |
| Formar um coletivo. | Diferentes atores que atuam com a temática. | |
| Secretaria capacitar ACS. | | |
| Realizar um mapeamento dos serviços que atuam com migrantes. | Através do CERMA, que fará a interlocução. | |
| Contratação de agentes de saúde estrangeiros. | Secretaria Estadual de Saúde, através de capacitações e protocolos de atendimentos (fluxogramas). | O Ministério da Saúde, em parceria com outros ministérios que atuam na área. |
| Capacitação de agentes de saúde em idioma estrangeiro. | | |

| | | |
|--|---|--|
| <p>Trocas de experiência entre os atores da rede.</p> | <p>Nas universidades, discutir a questão dos problemas dos migrantes.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Universidade. - Assistência social. - Agentes de saúde. |
| <p>Tirar os migrantes da condição de invisibilidade.</p> | <p>Dar oportunidade para os migrantes participantes das atividades.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Políticos e agentes públicos. - Sociedade civil. - ONGs. |
| <p>Grupos de apoio.</p> | <p>Incentivar encontros de migrantes. Cursos de línguas para brasileiros. Cursos gratuitos de línguas para migrantes.</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Organizações religiosas. - Setor privado. |



Atividade: Gênero, Direitos Humanos, Migração e Rede de Proteção - Onde eu me insiro?

Modalidade: Oficina

Data: 17/10/2019 | 14h às 17h30

Responsável(is): Irina Bacci (UNFPA) Andrea Gondin (MPT)

Apoio local: Tassiany da Silva Pereira (Fórum de Trabalho Decente Mulher)

Ementa:

A atividade pretende abordar os desafios para uma inclusão laboral das mulheres migrantes: 1. Causas da discriminação da mulher no trabalho: a) maternidade e encargos familiares; b) dupla ou tripla jornada; c) divisão sexual do trabalho; d) assédio moral e sexual; e) a superposição de opressões: gênero, raça, classe e condição migratória; 2. Estratégias e ferramentas para superação da discriminação no trabalho; 3. Políticas de ação afirmativa; 4. A mulher trabalhadora nos tribunais trabalhistas; Apresentar os desafios para combater a exploração e o abuso sexual e a violência baseada em gênero em contextos de emergência humanitária: 1. Mandato do Fundo de População das Nações Unidas-UNFPA, em contexto de emergência humanitária: a) as principais violações de direitos humanos sofridas por pessoas migrantes e refugiadas; b) a importância de ações de resiliência comunitária; c) formação para o combate à exploração e abuso sexual; 2. Estratégias de advocacy para o Fortalecimento de Capacidades Institucionais dos governos locais e Elaboração de Fluxos para a Garantia de Direitos; 3. Expansão da noção de gênero para a compreensão das diversas identidades de gênero e orientações sexuais.

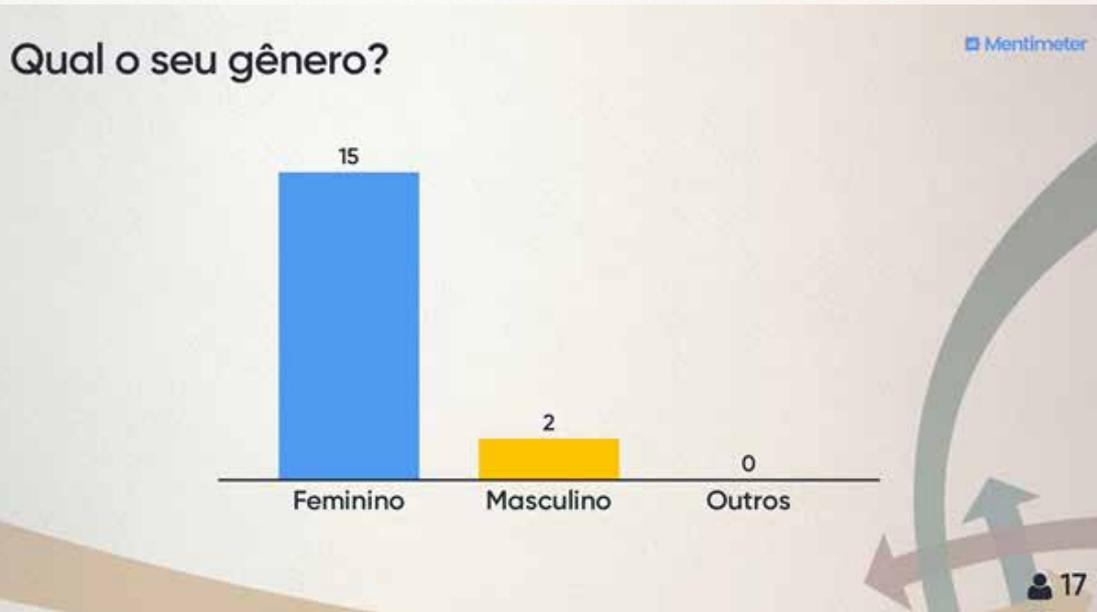
Materiais de apoio

Vídeo: <https://escola.mpu.mp.br/arquivos/index.php/s/EosyCH6qmuAgbDR>

SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COLETIVA DOS PARTICIPANTES

Percepção dos Participantes

Respostas dos participantes às questões feitas por meio do aplicativo *Mentimeter*.



Diagnóstico da realidade local

Potencialidades

- Variedade de órgãos da rede de atendimento.
- Acolhida imediata: CAORC, CADH, Fórum LGBTQI's, sociedade civil (igrejas).
- Língua Portuguesa, UFGD/UEMS.
- Profissional = FUNTRAB.
- Existência de redes de venezuelanos.
- Mato Grosso do Sul como um Estado promissor para o mercado de trabalho.
- Existência do CERMA.
- Ensino da Língua Portuguesa.
- Atração das universidades em projetos de ensino, pesquisa e extensão.
- Rede de parceiros: DPU; SEDHAST; MPT; PF; Universidades (UFMS, UCDB); Cruz Vermelha; Fraternidade sem fronteiras.
- DPE - NUDEM.
- Casa da Mulher Brasileira.
- Centro de homofobia.
- CEDAMI - Casas de Acolhida.
- Casa Abrigo.
- Centro POP.
- Posto de saúde + UPA.
- Funtrab + Funsat.
- Acolhimento pelo terceiro setor.
- Curso de português para migrantes.
- Cruz Vermelha dá apoio psicossocial

Desafios

- Idioma.
- Documentação/Burocracia.
- Inserção no mercado de trabalho.
- Moradia (aluguel, fiadores, etc...).
- Risco de vida.
- Cobertura midiática negativa.
- Cultura machista do próprio Estado.

- Desarticulação das ações de proteção.
- Financiamento.
- Capacitação da rede.
- Intérprete.
- Criação de CAMI.

Encaminhamentos possíveis

| O que podemos fazer juntos? | Como? | Quem? |
|--|--|--|
| Através do FTD - Mulher, fortalecer a articulação e o contato com instituições e grupos que poderiam ajudar no processo de acolhimento, principalmente, dos migrantes/refugiados mais vulneráveis como mulheres, LGBTQ e crianças. | Através de dados e informações, mostrar as potencialidades dessa instituição nesse processo, a fim de estreitar o laço com toda a rede. | Fórum Mulher - Tassiany, Danielli e Dr. Cicero Rufino (MPT). |
| Maior vigilância/ monitoramento diante de violações à direitos da criança ou adolescente migrante/refugiada. | Aproximação e alinhamento da UFGD e da Cátedra em o Conselho Tutelar. | Conselho Tutelar. |
| CAORC e Defensoria Pública estreitar laços para dar resposta à demanda de migrantes. | Entrando em contato ao judiciário de seu país de origem que não quer liberar tipo nada consta. | Entrar em contato com Consulados de origem. |
| Meet up - aprendizado de espanhol/português para compartilhar vivência e escutar o outro. | Reunião com os cursos de espanhol da universidade para ceder uma sala onde os refugiados poderiam ir e ter esses encontros de trocas linguísticas, ou dos estudantes até refugiados. | Coordenadores dos cursos de língua espanhola e representantes da sociedade civil envolvidos. |

| | | |
|--|---|--|
| <p>Núcleo de atendimento jurídico.</p> | <p>Montar projeto de extensão com os cursos de Direitos Humanos e Relações Internacionais para atendimento jurídico e informações à acesso a direitos e serviços.</p> | <p>Docentes e estudantes dos referidos cursos.</p> |
| <p>Mobilizar esforços para fazer uma audiência pública com as instituições que lidam com o tema, para capacitar e discutir demandas e encaminhamentos.</p> | <p>Convidar e informar instituições via MPF para uma audiência.</p> | <p>Alunos do CSVM, UFGS, MPF (Dr. Marco Antônio).</p> |
| <p>Criação de banco de dados quantitativo e qualitativo sobre a quantidade de migrantes no Estado do Mato Grosso do Sul.</p> | <p>- Fortalecer a rede de governança coletiva (aprimorando as parcerias e os projetos em conjunto em vez da criação de polos que trabalham em conjunto). - Colher dados de todos os órgãos e fazer reuniões quinzenais como ocorre para a cartilha.</p> | <p>Liga Acadêmica de Direito Internacional dos Refugiados (responsável), DPU, Patoral do Migrante, CRES e Cruz Vermelha.</p> |
| <p>Criação de uma capacitação de apoio psicossocial para migração para os vários órgãos da rede.</p> | <p>Com base nos protocolos da Cruz Vermelha e nas capacitações de APS em situação de vulnerabilidade, criar uma capacitação de APS para migração.</p> | <p>Departamento de Programas Humanitários da Cruz Vermelha, Pastoral do Migrante, LADIR e DPU.</p> |
| <p>Criação de um programa de restabelecimento de laços familiares (LRF).</p> | <p>Criar com base nos protocolos da Cruz Vermelha o LRF no Mato Grosso do Sul com apoio de todas as instituições.</p> | <p>Departamento de Programas Humanitários da Cruz Vermelha, Pastoral do Migrante, LADIR, CRES e DPU.</p> |

| | | |
|---|---|--|
| Sensibilizar a rede da demanda migratória. | Realização de encontros, reuniões, espaços de debates sobre o tema. | Reunião com o secretário da SAS, CETREMI, CEDAMI, Centro POP, demais conselhos e órgãos da rede. |
| Capacitar a rede para o atendimento humanizado e especializado respeitando as questões migratórias e de gênero. | Divulgação e convite para os órgãos públicos competentes e realização de projeto. | |
| Captação de recursos para contratar intérpretes. | | Reunião com vereadores, deputados para solicitar uma emenda parlamentar (Suellen, Marta, Gabriela e Marissa - CEDHAST, Conselho Tutelar e Pastoral). |



Atividade: Direitos Laborais, Migração e Prevenção ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas

Modalidade: Oficina

Data: 18/10/2019 | 08h30 às 12h

Responsável(is): Andrea Gondim (MPT)

Apoio local: Cicero Rufino (MPT)

Ementa:

A atividade trata da inserção laboral de migrantes no Brasil, sem perder de vista a centralidade do trabalho na vida humana. A inserção laboral é compreendida como principal meio a possibilitar uma vida digna e integrada do migrante em situação vulnerável. A atividade aponta a necessidade de ações e políticas de acolhimento de migrantes abrangerem a inserção laboral, sem discriminação em razão da condição migratória e com a observância do trabalho decente. As normas de proteção ao trabalho devem ser respeitadas em quaisquer circunstâncias. A oficina aborda os seguintes temas, por meio de exposição dialogada e debates: 1. Direitos dos migrantes segundo a Lei 13445/2017; 2. Distinções entre os regimes jurídicos que protegem os migrantes no Brasil e a possibilidade de inserção laboral regular; 3. Aspectos do Acordo de Residência do Mercosul; 4. Acesso a proteção social no Brasil; 5. Função do Sistema Público de Emprego; 6. SINE como sistema descentralizado e plural; 7. Proteção ao migrante nas políticas de emprego; 8. Convenções da OIT sobre políticas de emprego e migrações: 189 - trabalho doméstico e 181 - agências de emprego; 9. Migrantes e vulnerabilidade a exploração; 10. Trabalho escravo e a política de prevenção; 11. Tráfico de pessoas e migrantes; 12. Articulação entre as políticas de emprego, migrantes, e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; 13. Casos locais enfrentados pelo MPT que se relacionam com a temática. Por fim, de acordo com o perfil dos participantes, a oficina poderá converter-se em oportunidades de trabalhos em grupo com vistas à compreensão da articulação de políticas para garantia da inserção laboral dos migrantes na sociedade brasileira.

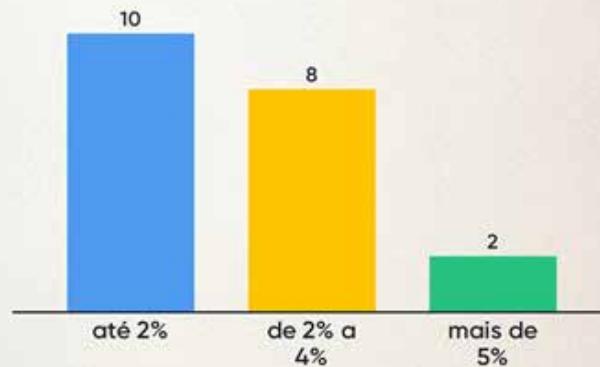
SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COLETIVA DOS PARTICIPANTES

Percepção dos Participantes

Respostas dos participantes às questões feitas por meio do aplicativo *Mentimeter*.

Qual é o percentual de migrantes no Brasil,
atualmente?

Mentimeter



20

Você conhece a nova Lei de Migração?

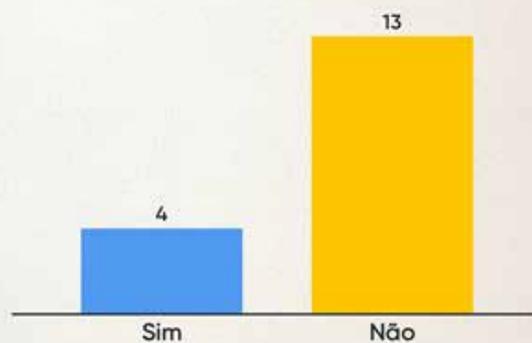
Mentimeter



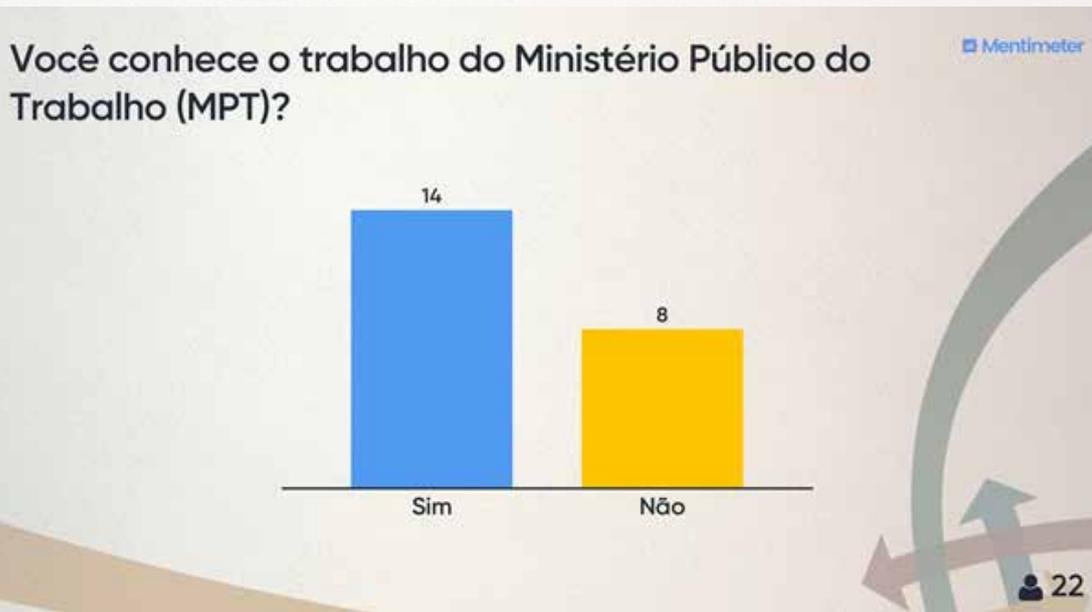
20

Você acha que os migrantes ocupam vagas de
trabalho que seriam de brasileiros?

Mentimeter



17



Diagnóstico da realidade local

Potencialidades

- MPF bem atuante.
- CETRAP e CERMA (CADH), além do MPT.
- Resgate de situação análoga ao trabalho escravo.
- CRAS/CREAS/Centro POP.
- OSC.
- Pastoral do Migrante - Arquidiocese de Campo Grande/MS.
- Defensoria Pública União.
- Polícia Federal, Ambiental, Civil, Militar.

- Conselhos Tutelares.
- Conselhos de Direitos (municipal e Estadual).
- Universidades.
- Lei de incentivo a empresas.
- CEDAMI.
- ASHABRA.
- IBISS.
- Subsecretaria de Direitos Humanos.
- Plange.
- Presença das Instituições de todo o Estado.
- Frente de trabalho (comissão instituída) direcionada ao caráter repressivo.

Desafios

- Falta de recursos financeiros.
- Falta de informação.
- Trabalho em rede / articulação das redes.
- Publicizar as competências e ações.
- Comunicação.
- Ampliar as parcerias para atendimento ao migrante.
- Ação de prevenção (escolas, sociedade civil).
- Divulgar na mídia escrita, falada, redes sociais, órgãos, telefones, endereços de oferta de atendimento ao migrante.
- Criação de um Comitê ampliado envolvendo o terceiro setor, Estado e Municípios.
- Assumir a responsabilidade do poder executivo (Município e Estado).
- Qualificação dentro das instituições.
- Aumento do efetivo.
- Ausência de política de acompanhamento, encaminhamento ao mercado de trabalho e condições melhores.
- Maior envolvimento - mobilização da sociedade civil para expressão e prevenção.

Encaminhamentos possíveis

| O que podemos fazer juntos? | Como? | Quem? |
|---|--|--|
| - Estender a problemática para além das equipas que já estão na ponta do trabalho. | - Parceria para levantamento de dados e publicação dos resultados. | - Universidades - académicos. Pesquisa científica - extensão. - Sindicatos. |
| - Estabelecer fluxo de atendimento para acompanhamento das pessoas resgatadas da condição de tráfico de pessoas, trabalho degradante. | - Parcerias com executivo (União, Estados e Municípios) e a sociedade civil. - Palestra. - Divulgação através de programa de rádio sobre prevenção e rede de apoio. - Roda de conversa com CRAS e CREAS sobre a temática. | - CERMA (Comitê Estadual de Refugiados, Migrantes e Apátridas). - CETRAP (Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas). - CPT (Comissão Pastoral da Terra). - MPT. - DPU. |
| - Roda de conversa nas escolas, associações de bairro, igrejas e demais locais afins sobre o tráfico e o trabalho escravo. | - Mapeamento dos principais locais/regiões que são mais suscetíveis ao tráfico e ao trabalho escravo. | - Sinalização dos locais, divulgando na mídia, nos principais órgãos e locais de acesso sobre o tema. |
| - Conexão da rede. | - Reunião bimestral com lideranças | - Órgãos envolvidos e parceiros. |
| - Prevenção. | - Palestras em escolas associações e comunidades. | - Órgãos envolvidos e sociedade civil. |
| - Sensibilização com empresários. | - Palestras. | - Junta comercial. - Funtrab / Funsat. |



Atividade: Crianças migrantes

Modalidade: Oficina

Data: 18/10/2019 | 08h30 às 12h

Responsável(is): Débora Castiglione (OIM) Lígia Rocha (DPU)

Apoio local: Cândice Gabriela Arosio (MPT)

Ementa:

A atividade aborda definições e conceitos introdutórios sobre o tema, incluindo: direitos das crianças migrantes, vulnerabilidades em contexto migratório, e atenção a crianças e adolescentes. Estes são os pontos de partida para o diálogo com os participantes sobre o contexto local. O objetivo é identificar desafios e oportunidades na temática, além de levantar possibilidades de atuação conjunta no enfrentamento às lacunas identificadas.

Materiais de apoio

https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/oficina_crianças-migrantes_campo-grande.pdf

<http://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/infancia-imigrante-perspectivas-da-defensoria-publica-da-uniao.pdf>

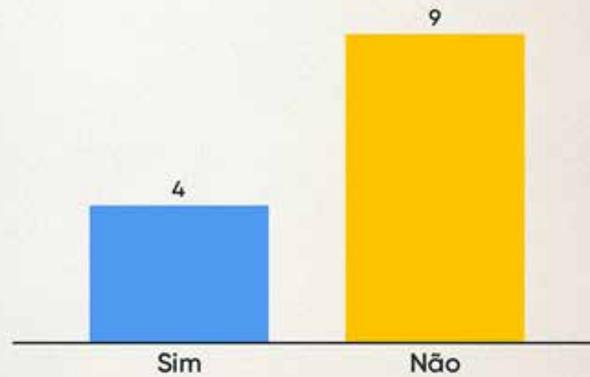
SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COLETIVA DOS PARTICIPANTES

Percepção dos Participantes

Respostas dos participantes às questões feitas por meio do aplicativo *Mentimeter*.

Você trabalha na atenção direta a migrantes?

Mentimeter



13

Qual serviço você acha que é o mais acessado pelas crianças migrantes?

Mentimeter



12

Em quais áreas você identifica que há mais dificuldades no atendimento a crianças migrantes?

Mentimeter



14

Diagnóstico da realidade local

Potencialidades

- Legislação já existente como decretos, normativas e etc.
- Rede que já existe: Conselho Tutelar, órgãos de defesa e atendimento da saúde e educação, CONANDA, CONARE, CNIG, DPU.
- Articulação DPU, MPF e MPE.
- Cursos de formação e espaços de discussão sobre o tema.
- O Brasil é um país acolhedor que possui uma rede de acolhimento que se preocupa com os migrantes que chegam no país.
- Universidades e cursos de idiomas.
- Existência de uma rede - CERMA
- Restabelecimento de laços familiares - Cruz Vermelha
- Rede de Proteção à Infância.
- Cultura acolhedora.
- Boa vontade das pessoas que trabalham nos órgãos, que por muitas vezes fazem além do ofício.

Desafios

- Fortalecimento e integração da rede local.
- Difusão de conhecimento sobre práticas de atendimento para migrante vítima de violência.
- Definição de fluxos de atendimento ao migrante.
- Intérpretes.
- Incluir os migrantes nos registros de atendimento dos serviços públicos, como assistência social e saúde. Nos sistemas não tem um espaço específico para identificar atendimento à migrante.
- Não haver no CAD-ÚNICO um campo sobre “estrangeiro”.
- Idioma.
- Capacitação da rede e comunicação entre os atores envolvidos.
- Falta de um protocolo de atendimento e de um mapa de atendimento.
- Vulnerabilidade das crianças.
- Identificação da família.

Encaminhamentos possíveis

| O que podemos fazer juntos? | Como? | Quem? |
|---|--|---|
| Fluxo de atendimento - criação de um protocolo de atendimento ao migrante. | Através de reuniões e capacitações. | - Rede intersetorial. - Poder público - Integração no CERMA. |
| Elaborar documento com as atribuições de cada órgão, instituição governamental ou não governamental, sistema de justiça e toda a rede posta no Município. | Por meio de um comitê, elencar os representantes e promover reuniões para mapear e articular a rede - CERMA. | - Estado. - Município. - Sociedade civil. Articuladores Willian - Cruz Vermelha. Marta - Conselho Tutelar de Campo Grande. |
| Integralidade dos serviços, por meio de reunião com toda a rede e audiência pública para pactuação. | Fluxo e protocolo. | CERMA inicia as reuniões com todos os órgãos. |



Atividade: Migração e Integração Local

Modalidade: Oficina

Data: 18/10/2019 | 14h às 17h30

Responsável(is): Débora Castiglione (OIM)
Juliana Tubini (ACNUR)

Apoio local: João Lucas Zanoni (UFGD)

Ementa:

A atividade pretende abordar a integração local de refugiados e migrantes, apresentando um pouco do trabalho da OIM e do ACNUR no contexto brasileiro, com ênfase na situação venezuelana. Esses são os pontos de partida para o diálogo entre os participantes sobre o panorama local na integração da população migrante e refugiada. O objetivo é identificar desafios e oportunidades na temática, além de levantar possibilidades de atuação conjunta no enfrentamento às lacunas identificadas.

Materiais de apoio

https://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/oficina_integracao-local_campo-grande.pdf

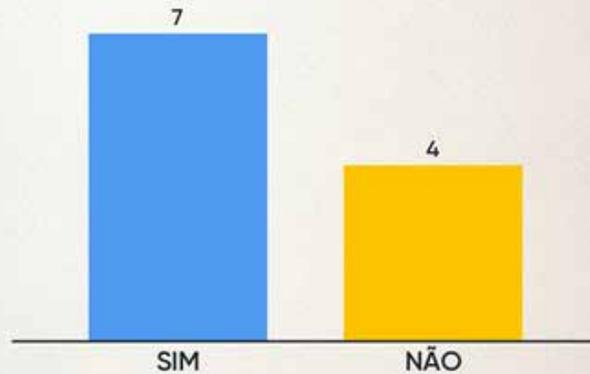
SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COLETIVA DOS PARTICIPANTES

Percepção dos Participantes

Respostas dos participantes às questões feitas por meio do aplicativo *Mentimeter*.

Você trabalha na atenção direta a migrantes?

Mentimeter



11

Quando penso em integração, a primeira coisa que me vêm à cabeça é...

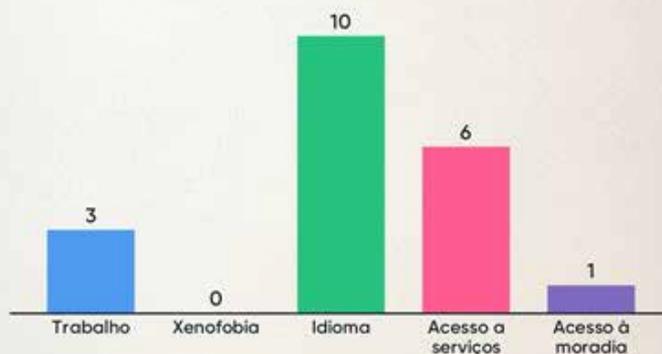
Mentimeter



16

O maior obstáculo à integração local de migrantes e refugiados é:

Mentimeter



20

Diagnóstico da realidade local

Potencialidades

- Existência da Pastoral do Imigrante, ASHADRA (Associação Haitiana Brasileira) e MS Acolhe (apoio aos venezuelanos) e todo tipo de encaminhamento e primeiro abrigo civil.
- Forte atuação da sociedade civil.
- Existência CAORC.
 - CAD.
 - CERMA (Comitê).
 - CETRAP (Comitê).
 - CEDAMI.
 - SEDHAST (Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho).
- DPU - Defensoria Regional de Direitos Humanos e Regulamentação Migratória.
- Existência de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o tema nas universidades (UEMS, UFMS, UFGS, UCDB).
- A realização de eventos como este, que aproxima diversos atores da rede.
- Projetos de extensão de ensino e pesquisa.
- Abrigos.
- CRAS, CREAS.
- ONGS.
- CAORE.
- Polícia Federal, Polícia Civil, Exército.
- Assistência jurídica e judicial.
- Rede estável e estruturada de instituições religiosas.

Desafios

- Idioma, acesso à saúde, apoio governamental, emprego.
- Falta da presença do Poder Executivo nas ações de proteção, falta de políticas públicas.
- Divulgação, limitação do trabalho e poucas pessoas, falta de informações sobre os direitos dos migrantes, idioma (falta de um intérprete), falta de recursos para determinadas demandas (passagens/hospedagens).
- Falta da DPU em outras cidades em especial nas de fronteira, consideradas estratégicas ao tema da migração.

- Dificuldades de aproximação da universidade.
- Articulação entre os órgãos e a sociedade civil e criação de um fluxo de atendimento.
- Acesso à informação sobre a rede de atendimento ao migrante.
- Acesso ao SUS para migrantes não documentados (casos de não emergência).
- Evitar a “pessoalização” do atendimento - deve-se criar um fluxo de atendimento entre instituições.
- Falta de demanda da Cruz Vermelha.
- Falta de conhecimento dos órgãos.
- Informação.
- Idiomas.
- Financiamento das ações.
- Falta de documentos.



Atividade: Articulação em Rede

Modalidade: Oficina

Data: 18/10/2019 | 14h às 17h30

Responsável(is): Isis Lima Soares e Mariana Manfredi (Entremeios)

Ementa:

A atividade pretende ofertar insumos de mapeamento da rede local atual, identificar novas possíveis articulações, apresentar e dialogar sobre estratégias de articulação e mobilização, além de dar encaminhamento às ações pensadas nas demais atividades formativas do Projeto Atuação em Rede. O objetivo é identificar desafios e oportunidades na temática, além de levantar possibilidades de atuação conjunta no enfrentamento às lacunas identificadas.

Materiais de apoio

<http://escola.mpu.mp.br/h/rede-de-capacitacao-a-refugiados-e-migrantes/atividade-em-campo-grande/articulacao-em-rede-material-base.pdf>

SISTEMATIZAÇÃO DA PRODUÇÃO COLETIVA DOS PARTICIPANTES



Áreas de discussão durante a oficina

- Alinhamento de práticas.
- Mapeamento de funções e papéis dos atores da rede.
- Mapeamento dos fluxos e espaços de comunicação da rede.
- Mapeamento e organização de dados.
- Formação continuada dos atores da rede.
- Captação de recursos.
- Criação de novos elos para rede.

Encaminhamentos possíveis

| O que podemos fazer juntos? | Como? | Quem? |
|---|--|---|
| [Mapeamento de funções e papéis dos atores da rede] | | |
| - Realizar a concretização de uma cartilha que conste todos os órgãos e suas contribuições para a rede. | - Realizando reuniões mensais para redigir a cartilha e estabelecendo laços, trocas e informações. | DPE, DPU, CETREMI, Cedami, LADIR, UFMS, UEMS, Pastoral do Migrante, Fraternidade sem Fronteiras, Cruz Vermelha. |
| - Entrar em contato com ONGs (AFS, em princípio), e com a Pastoral de Campo Grande pra listagem de contatos em Dourados - UEMS. | - Entrar em contato com ONGs, Pastoral e UEMS, para mapear contatos importantes de serem feitos em Dourados. A partir dos contatos, passar à listagem, como em uma ação “bola de neve”. | AFS, Cáritas, Pastoral, UEMS. |
| - Integração do terceiro setor com a rede pública para conhecimento dos serviços prEstados pelos dois lados. | - Reuniões integradas para estabelecer diálogo. - Mapear datas fixas para reuniões. | MPF / PF. Secretaria Estadual de Trabalho, Direitos Humanos e Assistência Social. |

[Fluxos e espaços de comunicação]

| | | |
|---|--|--|
| <p>Elaboração de organograma do fluxo de comunicação.</p> <p>1. Elaboração de organograma do fluxo.</p> | <p>Reunião com todos os atores envolvidos.</p> | <p>No dia 21 de outubro, às 9h, aproveitar a reunião da Liga para elaborar a ação.</p> |
| <p>2. Acolhimento em casas de passagem, Cetremiti, CEDAMI, Casa São Francisco.</p> | <p>Encaminhar para a rede de atendimento por meio de parceria existente.</p> | <p>A unidade ou equipamento que atendam o migrante e sua família.</p> |
| <p>3. Inserir no mercado de trabalho (Funsat, Funtrab, convênios com empresas, associação comercial, CDL)</p> | | |
| <p>4. Moradia, escola, saúde, espaços de comunicação.</p> <p>a. Criar um site com indicação de locais com endereço e telefones dos equipamentos existentes em atendimento ao migrante</p> | <p>Parceria com as universidades.</p> | <p>Cursos de Engenharia de Computação, Ciência da Computação, Publicidade e Propaganda e Jornalismo.</p> |
| <p>Mídias televisiva, impressa e rádio.</p> | <p>Canais de TV, jornais, sites e rádio.</p> | <p>Meios de comunicação locais.</p> |
| [Formação continuada] | | |
| <p>Mapeamento dos cursos oferecidos atualmente na rede (ESDPU, ESMP, Escola de Governo etc).</p> | <p>Reunião com promotores e agentes (divulgar).</p> | <p>ESDPU.</p> |
| <p>Levantar demanda da rede (curso atendimento linguístico para agentes - instrumental).</p> | <p>In loco, com grupos focais.</p> | <p>Universidades com atendimentos a migrantes.</p> |

| | | |
|---|--|---|
| Encontro Estadual da Rede de Atendimento. | Relatos de experiências: - saúde; - educação; - assistência social; - justiça. | CERMA. |
| Simpósios temáticos. | Detalhar as ações de capacitação por segmento. | CERMA + entidades diretamente voltadas à temática proposta. |

[Mapeamento e organização de dados]

| | | |
|---|--|---|
| Banco de dados da rede local próxima. | Entidades com atendimento direto ao migrante. | Parceiros diretos: - CADH. - CEDAMI. - Casa Resgate. - DPE. - DPU. - CETREMI. |
| | Levantamento dos dados existentes. | |
| | Cadastrar no novo banco de dados (projeto piloto). | |
| | Avaliação do resultado. | |
| Futuro: - Secretarias. - ONGs. - Rede de atendimento. - Chefia imediata. - Reunião chefias. - Elaboração do banco de dados. - Capacitação. - Implantação. | | - Centro Pop. - Cruz Vermelha. - UEMS. - Pastoral. - Associação de haitianos. - Fraternidade sem fronteiras. |

[Criação de novos elos]

Dar continuidade de uma agenda da rede de atenção com encontros bimestrais para troca de experiências e diálogos entre os parceiros, dando projeção de novas ações conjuntas para provocação de possíveis capacitações.

Realizando reuniões bimestrais e convidando novos parceiros e agentes essenciais para o desenvolvimento de novas práticas e das ações projetadas na rede.

Os agentes da rede:

- DPU.
- MPF.
- MPE.
- PRF.
- PF.
- CETRAP.
- CERMA.
- SEDHAST.
- SAS.
- Cruz Vermelha.
- CEDAMI.
- Pastoral do Migrante.
- Pastoral da Mobilidade.



entremeios.me
contato@entremeios.me



somellopro@gmail.com